



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Ata da 2ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, referente ao 2º Período da 3ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura, realizada no dia 11 de agosto de 2015. _____

1

Aos onze dias do mês de agosto do ano de dois mil e quinze, **sob a Presidência do Vereador Júlio César Ferrare Cecotti**, realizou-se a Segunda Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim–ES, referente ao Segundo Período da Terceira Sessão Legislativa da Sétima Legislatura, com início às quatorze horas e vinte minutos, ocasião em que não foram constatadas ausências. / Na abertura dos trabalhos, o Edil Ely Escarpini fez a leitura da passagem bíblica. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente)**: — Aproveita a presença de vários funcionários da prefeitura para esclarecer que não há na Casa nenhum projeto para acabar com o quinquênio e o decênio da categoria, conforme tem sido divulgado. Diz ter certeza de que o prefeito não fará isso com os funcionários e já adianta que, caso alguma coisa nesse sentido seja encaminhada à Câmara, o projeto será engavetado. Segue destacando que o prefeito não ia querer causar essa insatisfação ao funcionalismo. Frisa que saiu desta Casa às treze horas hoje, averiguando junto ao Procurador Dr. Gustavo e ao protocolo e que, assim, pode confirmar que não há aqui nenhum projeto com tal objetivo. / **José Carlos Amaral**: — Pergunta sobre a mudança do calendário de pagamento. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente)**: — Deixa claro que não há discussão enquanto a Câmara não recebe o documento, mas que os boatos existem. Acrescenta que só ele recebeu mais de cem ligações ontem e igual número hoje. Tranquiliza os servidores, deixando claro que os vereadores sempre estarão a favor do funcionalismo público municipal. / **José Carlos Amaral**: — Indaga novamente sobre a existência de projeto alterando o calendário de pagamento. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente)**: — Repete que não há na Casa nenhum projeto nesse sentido. Prossegue interrompendo os trabalhos da Reunião Ordinária para a realização de uma Homenagem Especial aos atletas da LUSB – Liga Urbana Social de Basquete, que conquistaram o vice-campeonato sul-americano. / **Mestre de Cerimônia**: — Inicia destacando que o presidente da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, Júlio César Ferrare Cecotti, e demais vereadores sentem-se honrados em receber a todos nesta tarde em que será concedida uma Homenagem Especial à Equipe da LUSB, Categoria Sub-13, vice-campeã do 19º Encontro Sul-Americano de Basquete, realizado em Novo Hamburgo-RS. Segue convidando a tomarem assento ao lado da tribuna os seguintes homenageados: Nilson Batistin de Lima Júnior (técnico) e os atletas Daniel Gomes Silva, Danilo Severo Pereira, Elvis José Viana Filho, Gabriel Cardoso de Avelar, Gustavo do Amaral Silva Pansini, João Pedro de Castro Oliveira, João Pedro

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

2

Furtunato Moulin Vago, Mateus Loyola Silveira, Rafael Zampirolo Santos e Thyago Baiense Ribeiro. / Em seguida, foram executados os Hinos Nacional Brasileiro e o do Município de Cachoeiro de Itapemirim. / Logo após, o Presidente Júlio César Ferrare Cecotti fez uma saudação aos homenageados, destacando que são dez atletas mirins, comandados pelo Nilson Batistin, que foi também um grande atleta e agora se revela um treinador de primeira linha. Elogia a dedicação e o empenho que levou o grupo a alcançar essa vitória histórica, assim como os demais atletas, pais e todos os envolvidos nesse trabalho voltado a jovens e adultos em situação de conflito. Informa que essa foi uma iniciativa do Juiz Robson Louzada, que, tendo surgido como ação social, passou a ser uma ferramenta de educação e adesão ao esporte como profissão e convivência social. Finaliza colocando a Casa à disposição da LUSB para o que for preciso. / **Mestre de Cerimônia:** — Passa a palavra ao Vereador Alexandre Bastos Rodrigues, proponente da homenagem. / **Alexandre Bastos Rodrigues:** — Reforça as palavras do presidente, destacando que a conquista da equipe é motivo de muito orgulho. Parabeniza também o Dr. Robson Louzada idealizador do projeto, o coordenador Leonardo Batista e o Nilsinho. Pede o apoio dos vereadores da base governista para que seja liberada a verba de 15 mil reais, fruto de emenda ao orçamento, que apresentou em favor da liga. Conclui pedindo a Deus que continue abençoando o trabalho da LUSB. / **Mestre de Cerimônia:** — Passa a palavra ao técnico Nilson. / **Nilson Batistin de Lima Júnior:** — Discorre sobre a trajetória do projeto, destacando que foi atingido, em 2008, o envolvimento da comunidade e das crianças. Diz que, a partir de 2010, passaram a competir em campeonatos até internacionais, com bons frutos, conquistas inéditas, inclusive com a oportunidade de seis garotos que foram jogar em grandes clubes do país, tendo um dos atletas conseguido chegar à seleção brasileira sub-16. Finaliza agradecendo a homenagem em seu nome, no dos atletas e no de todos os envolvidos na Liga Urbana Social de Basquete. / **Mestre de Cerimônia:** — Dá início à entrega da Homenagem Especial, convidando os vereadores e os respectivos homenageados: Júlio César Ferrare Cecotti, Carlos Renato Lino, Lucas Moulais e Alexandre Bastos Rodrigues – *Nilson Batistin de Lima Júnior (técnico)*; Alexandre Bastos Rodrigues, Leonardo Pacheco Pontes e Osmar da Silva – *Daniel Gomes Silva*; Alexandre Bastos Rodrigues, David Alberto Lóss e Alexandre Valdo Maitan – *Danilo Severo Pereira*; Delandí Pereira Macedo e Ely Escarpini – *Elvis José Viana Filho*; Alexandre Bastos Rodrigues, Elias de Souza e José Carlos Amaral – *Gabriel Cardoso de Avelar*; Alexandre Bastos Rodrigues, Jonas Nogueira Dias Júnior e Osmar da Silva – *Gustavo do Amaral Silva Pansini*; Alexandre Bastos Rodrigues, Brás Zagotto e Carlos Renato Lino – *João Pedro de Castro Oliveira*; Alexandre Bastos Rodrigues, Carlos Renato Lino e Rodrigo Pereira Costa – *João Pedro Furtunato Moulin Vago*; Alexandre Bastos Rodrigues, Júlio César Ferrare Cecotti e David Alberto Lóss – *Mateus Loyola Silveira*; Alexandre Bastos Rodrigues e Leonardo Pacheco Pontes – *Rafael Zampirolo Santos*; Alexandre Bastos Rodrigues, Ely Escarpini e Osmar da Silva – *Thyago Baiense Ribeiro*. Finaliza a entrega das homenagens, convidando os homenageados para o registro da foto oficial junto com os vereadores. Convida a todos para que continuem prestigiando os trabalhos da Reunião Ordinária. / A seguir, o secretário procedeu a leitura do **Expediente da Mesa**, que se constou do seguinte: **Indicações:** 1489, 1490, 1491, 1492, 1493, 1494, 1495, 1496, 1497, 1498 e

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

3

1499/2015 – Alexandre Bastos Rodrigues; 1500 e 1501/2015 – Delandi Pereira Macedo; 1502 e 1556/2015 – Luis Guimarães de Oliveira; 1503/2015 – Alexandre Andreza Macedo; 1504, 1510, 1515, 1516, 1517, 1531, 1532, 1533, 1534 e 1535/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 1505, 1507, 1536, 1537 e 1538/2015 – Júlio César Ferrare Cecotti; 1506/2015 – Brás Zagotto; 1511, 1512, 1513 e 1514/2015 – Leonardo Pacheco Pontes; 1518, 1519, 1520, 1521, 1522, 1523, 1524, 1525, 1526, 1530, 1550, 1551, 1552, 1553 e 1554/2015 – José Carlos Amaral; 1508, 1509, 1527, 1528 e 1555/2015 – Jonas Nogueira Dias Júnior; 1529/2015 – Wilson Dillem dos Santos; 1539, 1540, 1541, 1542, 1543, 1544, 1545, 1546, 1547, 1548 e 1549/2015 – Alexandre Valdo Maitan. **Requerimentos:** 163/2015 – Luis Guimarães de Oliveira; 1226, 1263, 1264, 1265, 1266, 1267, 1268, 1269, 1270, 1271, 1272, 1273, 1321, 1322, 1323, 1324, 1325, 1326, 1327 e 1328/2015 – José Carlos Amaral; 1227, 1228, 1229, 1230, 1231, 1232, 1233, 1234, 1235, 1236, 1237, 1238, 1239, 1240, 1241, 1242, 1243, 1244, 1245, 1246, 1247, 1248, 1249, 1250, 1251, 1252, 1253, 1254, 1255, 1256, 1257, 1258, 1259, 1260, 1261 e 1262/2015 – Delandi Pereira Macedo; 1274, 1312, 1315, 1316, 1317, 1318, 1319 e 1320/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 1275, 1276, 1276, 1277, 1278, 1279, 1280, 1281, 1282, 1283, 1284, 1285, 1286, 1287, 1288, 1289, 1290, 1291, 1292, 1293, 1294, 1295, 1296, 1297, 1298, 1299, 1300, 1301, 1302 e 1313/2015 – Alexandre Valdo Maitan; 1314/2015 – Lucas Moulais; 1303, 1304, 1305, 1306, 1307, 1308, 1310 e 1311/2015 – Júlio César Ferrare Cecotti. **Projetos de Lei:** 150/2015 – Delandi Pereira Macedo; 151, 152, 153 e 154/2015 – David Alberto Lóss; 155/2015 – Poder Executivo; 156/2015 – Osmar da Silva; 157/2015 – Wilson Dillem dos Santos. **Projetos de Decreto Legislativo:** 263/2015 – José Carlos Amaral; 264/2015 – Alexandre Valdo Maitan; 265/2015 – José Carlos Amaral e David Alberto Lóss. **Veto** ao Projeto de Lei 74/2015 – José Carlos Amaral. **Ofícios:** 401/2015 – PMCI – Carlos Roberto Casteglione Dias – Prefeito Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES; 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205 e 206/2015 – Ministério da Educação; 2313/2015 – PMCI – Maurício Luiz Daltio – Secretário Municipal da Fazenda; 2349/2015 – PMCI – Alexandre Leal Rodrigues – Secretário Municipal de Defesa Social; 2317/2015 – Alexandre Leal Rodrigues – Presidente do Conselho Municipal de Trânsito; 2315/2015 – Maury Bayerl – Presidente Municipal do PPL – Partido Pátria Livre de Cachoeiro de Itapemirim; 2316/2015 – Jonathan Willian Moreira Corrêa – Presidente do Sindimunicipal – Sindicato dos Servidores Públicos de Cachoeiro de Itapemirim – ES; 2301, 2302, 2303, 2304, 2305, 2306, 2307, 2308, 2309, 2310, 2311 e 2312/2015 – PMCI – Umberto Batista da Silva Júnior – Coordenador Executivo de Relações Políticas; 2322, 2323, 2324, 2325, 2326, 2327, 2328, 2329, 2330, 2331, 2332, 2333, 2334, 2335, 2336, 2337, 2338, 2339, 2340, 2341, 2342, 2343, 2344, 2345, 2346, 2347, 2348, 2350, 2351, 2352, 2354, 2355, 2356, 2357, 2358, 2359, 2360, 2361, 2362, 2363, 2364, 2365, 2367, 2368, 2369, 2371 e 2372/2015 – PMCI – Fernando José Bahiense Sthel – Gerente de Assuntos Legislativos. **Convite:** Sessão Especial, no dia 13/08/2015, no Plenário Dirceu Cardoso da Assembleia Legislativa do Espírito Santo – Deputado Enivaldo dos Anjos. / **Carlos Renato Lino (Presidente em exercício):** — Comunica que será ouvido neste momento, no tempo cedido pelo Vereador David Lóss, o Secretário Municipal de Meio Ambiente, Sr. Paulo Stelzer. / **David Alberto Lóss, levantando questão de ordem:** — Informa que há projetos de lei nesta Casa referentes ao

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

4

meio ambiente e que já estão na Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Esclarece que, antes do parecer, os membros da citada comissão acharam conveniente ouvir o secretário da pasta de Meio Ambiente e o funcionário Dayvson, com vistas a obter as devidas explicações sobre as mudanças pretendidas pelos projetos. Registra que entendeu claramente o teor dos projetos, mas preferiu que as explicações fossem dadas a todos os vereadores que, tomando conhecimento das matérias, junto com suas respectivas assessorias, poderão apor as emendas que julgarem necessárias para enriquecê-las. Adianta que as matérias trazem coisas excelentes e desconstroem toda essa burocracia existente para licenciar uma empresa. / **Paulo Cesar Stelzer Bindaco:** — Informa que o projeto vem para atualizar a Lei 5.913/2006, visto que os valores cobrados são em reais, contando já nove anos de que as mesmas taxas estão sendo cobradas sem a devida atualização. Aponta que, agora, haverá uma correção, mas que não alcançará sequer a inflação desse período. Assim, frisa que a novidade é que essas taxas foram passadas para UFCI, que todo ano é atualizada. Acrescenta que o projeto visa simplificar o licenciamento. Explica que há dois procedimentos: o RETAP e o IPCA, que não possuem nenhum critério, ou seja, o consultor protocola o que acha que é um RETAP, o que pode ser de vinte a cento e vinte folhas. Diz que os técnicos precisam ler e reler tudo isso, assim como os fiscais que vão a campo, sendo essa a causa dos questionamentos sobre a demora na concessão da licença. Salienta que agora será seguido um formulário e que não se está inventando a roda, visto que esse processo de simplificação das licenças já vem do IEMA. Deixa claro que não há nenhuma perda ambiental, e sim agilização com qualidade no licenciamento. Informa que está acompanhado do fiscal de carreira Dayvson, que há três meses se dedicou ao estudo dessa lei e, por isso, fará uma explanação acerca dela. Finaliza pedindo o apoio dos vereadores para aprovação dos projetos. / **Dayvson Dansi Rodrigues:** — Adianta que não será possível expor todo o teor da lei e dos regulamentos que a acompanham, e sim será dada uma visão geral com o intuito de tranquilizar os vereadores e mostrar que o trâmite do processo foi coordenado pelo Secretário Paulo, pela Carina, Subsecretária de Planejamento, que cuida da parte de licenciamento e fiscalização ambiental, sendo mestre e uma pessoa capacitada nessa área de conhecimento. Ressalta que a Carina ainda teve o cuidado de convidar outras pessoas para contribuírem na preparação desse projeto. Aponta que, na elaboração do projeto, se tomou o cuidado de analisar o outro lado do balcão, justificando que, muitas vezes, fica-se limitado a analisar pela parte de dentro da prefeitura e da burocracia, esquecendo-se que os empreendedores enfrentam dificuldades excessivas por conta da legislação. Assim, salienta que o projeto tem uma visão moderna de gestão, tratando das dificuldades que foram apresentadas pelos empreendedores. Pontua que o Secretário Paulo determinou que todos os trâmites fossem cuidadosamente trabalhados, desde levar ao Conselho Municipal de Meio Ambiente, consultar o IEMA, órgãos de outros Estados, como o INEA do Rio de Janeiro, participação com vistas a trazer melhorias para a gestão em Cachoeiro em seminário da FINDES, em Vitória, onde estiveram presentes representantes de órgãos ambientais como os da Bahia, que estão muito à frente da nossa gestão pública ambiental. Compara o projeto com uma estrada sem pavimento e sinalização que, por determinação legal, receberá esses cuidados, dando-lhe segurança para o tráfego, já que não será suprimida nenhuma competência ou obrigação, até porque elas estão

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

5

estabelecidas na Constituição Federal, em seus artigos 26, 30 e toda a parte que trata das competências comuns e concorrentes ao meio ambiente. Conclui que será apenas uma adequação a ser colocada em prática em cima dos regulamentos do Poder Executivo. Informa que já passaram por uma sabatina na reunião do Conselho Municipal de Meio Ambiente. / **David Alberto Lóss:** — Indaga se existem atas dessas reuniões do citado conselho. / **Dayvson Dansi Rodrigues:** — Confirma que o conselho arguiu o secretário e todos os que participaram da reunião, tendo apresentado sugestões de melhorias e propostas de modificação, as quais foram acatadas e inseridas no projeto. Acrescenta que o conselho é deliberativo, sendo composto por representantes da OAB, IDAF, IBAMA, Defesa Civil e de outros órgãos públicos que têm uma interface grande com a legislação ambiental e os cuidados com as áreas de risco no Município. Lembra que também têm assento no conselho entidades empresariais como a Odebrecht, CTRCI e Sindirochas; assim, conclui que a parte empresarial foi ouvida no processo e também a população, através da Pastoral da Ecologia e de outras entidades, que têm voz deliberativa no conselho. Responde ao Vereador David, afirmando que as atas dessas reuniões foram publicadas no Diário Oficial do Município, garantindo-se a publicidade e a oportunidade de intervirem naquilo que julgarem necessário melhorar. Diz que também foram sabatinados pela Procuradoria Geral do Município, que pediu algumas alterações, as quais foram feitas, e ainda pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação da Câmara, ocasião em que, na medida do possível, procuraram esclarecer os questionamentos referentes ao impacto econômico e todos os reflexos advindos da implantação desses dois projetos de lei: um sobre taxa de serviço e outro sobre o licenciamento e a fiscalização. Aponta que um dos motivos que levaram a essa modificação, para prestar um melhor serviço à sociedade, foram as alterações surgidas após o vigor da Lei Municipal 5.913/2006, vez que na federação foi alterada a regra geral do serviço, com edição da Lei Complementar 140, regulamentando a Constituição Federal. Finaliza colocando-se à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos. / **José Carlos Amaral:** — Indaga se não é ilegal a previsão contida no artigo 12 do Projeto de Lei 132/2015 quanto a conceder desconto de até 90% das multas. / **Dayvson Dansi Rodrigues:** — Enfatiza que isso foi muito bem discutido na Procuradoria, sendo levado esse regulamento com base no modelo que existe no decreto federal usado pelo IBAMA e também no regulamento do Governo Estadual utilizado pelo IEMA. Assim, ressalta que todos os entes usam desse dispositivo não para anistiar, retirar alguma multa ou fazer algo irregular, e sim para converter os valores pecuniários com multas numa medida pedagógica, ou seja, converter o valor em dinheiro em algum benefício para a sociedade, como compra de equipamento, recuperação de área degradada ou ação para um órgão de combate à poluição e melhoria ambiental, conversões essas feitas por meio de um Termo de Ajuste de Conduta. / **José Carlos Amaral:** — Questiona se isso ocorre em acordo judicial. / **Dayvson Dansi Rodrigues:** — Responde que é em acordo administrativo, mas que também podem ocorrer na esfera judicial, tanto para a responsabilidade civil quanto para a penal. / **David Alberto Lóss:** — Conclui que em vez de o empresário ser penalizado em dinheiro, ele se compromete, através de um TAC, a recuperar área com plantio e outras coisas. / **Dayvson Dansi Rodrigues:** — Acrescenta que fica demonstrado no processo que ocorreu essa recuperação. / **David Alberto Lóss:** — Indaga se o empreendedor terá sua vida

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

6

facilitada para abrir um empreendimento, com o processo correndo por um caminho mais curto no setor de meio ambiente. / **Dayvson Dansi Rodrigues:** — Explica que, como funciona hoje, o processo tem uma tramitação longa, seja horizontalmente, entre os servidores do órgão e da prefeitura, a exemplo da Semdurb, da Fazenda etc., e hierarquicamente, passando pelos servidores da base até o secretário que precisa assinar a licença. Atribui esse atraso à falta de um regulamento objetivo, que dê condições ao servidor que está na base de tomar uma decisão correta e fazer o controle ambiental. Diz que, se nada der errado, um processo percorre aproximadamente vinte e quatro tramitações e que, com as modificações, está sendo prevista uma redução desse número para doze ou quatorze, passando de um servidor para outro. Segue frisando que, quanto ao valor das taxas, comparando-se o mesmo procedimento feito em Cachoeiro com o Governo do Estado, que está em um estágio mais avançado quanto à gestão pública ambiental, a diferença no custo das licenças foi em torno praticamente de 30 reais, o que, segundo ele, significa uma equivalência, nem onerando muito nem deixando o Município sem recursos para fazer frente às despesas necessárias com vistas a licenciar o empreendimento. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Comenta que foi procurado pelo dono de uma empresa que fica para cima do Barcelos, do lado direito, e que o mesmo reclamou ter sido notificado pela fiscalização para que aumentasse a área de APP, o que fez com perdesse o espaço necessário ao crescimento de sua empresa. Diz que, diante disso, o referido empresário adquiriu uma área, indo para Atílio Vivácqua, e começou a mexer nela, deparando-se com a diferença entre a distância do córrego, que no Município é 15 metros; no Estado, 30 metros. / **Dayvson Dansi Rodrigues:** — Comenta que o regulamento que trata dessas áreas de preservação permanente não é municipal, tratando-se de uma lei federal, podendo os Estados e Municípios legislar sobre isso, desde que se atentem para o entendimento de que deve ser respeitado o regramento geral estabelecido nacionalmente. Segue analisando que a restrição colocada no caso citado pelo vereador não é um problema enfrentado só em Cachoeiro. Cita que recentemente esteve em Cariacica uma representante da Câmara Federal discorrendo sobre mudanças nesse regramento que trata das áreas de preservação. Aponta que, talvez, haja mais área no Município com risco de alagamento e deslizamento do que de APP. Objetivamente, declara que o projeto em tela não vai regular sobre APP's, e sim dará oportunidade de as modificações serem tratadas no regulamento para que a parte técnica da secretaria se adapte rapidamente a essas mudanças, caso elas venham a ocorrer quanto as áreas de preservação. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Argumenta que o empresário investiu cerca de 1 milhão de reais no referido terreno, sendo que a notificação veio pelo Estado, através do IEMA. Segue registrando que o empresário mudou o curso do córrego, afastou cerca de trinta metros, e que não é uma área de alagamento. Explica que o problema se deu simplesmente porque área é próxima ao córrego e indaga se, por parte do Município, a secretaria não tem como intervir para que essa obra de milhões de reais possa prosseguir, visto que garantirá mais de cem empregos diretos. Cita que o empresário é uma pessoa conhecida e amiga. / **Dayvson Dansi Rodrigues:** — Relata tratar-se de uma situação a ser analisada tecnicamente como um caso específico, porque há uma série de regramentos. Acrescenta que o valor da obra e a necessidade de garantir os empreendimentos e a liberdade de as pessoas empreenderem é

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

7

constitucional, mas que o secretário está trazendo aqui a garantia de que essas áreas protegidas pela legislação continuem com os seus limites respeitados. Conclui que só analisando o caso para ver se procede ou não e o que poderia ser feito. / **David Alberto Lóss (Presidente em exercício):** — Alerta ao Vereador Alexandre Andreza de que hoje não se consegue registrar empreendimentos nessas áreas. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Frisa que não se trata de uma área de APP e que ao redor da empresa do rapaz é que se tornou uma área de preservação permanente, obrigando-o a adquirir outro terreno para ampliar seu negócio. Repete que o grande problema foi ele ter mudado o curso do córrego e que, quando tentou agir em cima da lei municipal, respeitando os 15 metros, foi denunciado pelo IEMA, que interditou a obra. Afirma ter conhecimento de que esse desvio não poderia ter sido realizado, mas que gostaria de saber se há algo a ser feito para ajudar o empresário, por exemplo, permitindo-o compensar em outra área de preservação. Diz não acreditar que o IEMA venha no Município bater de frente e acrescenta ser tudo uma questão de ajuste, pois é papel da administração ajudar os empresários. / **Alexandre Bastos Rodrigues:** — Indaga se os valores pagos hoje são diferentes dos que vigorarão quando for aprovado o novo projeto. / **Dayvson Dansi Rodrigues:** — Informa que haverá uma diferença de atualização por conta da já citada defasagem de praticamente nove anos, com um valor engessado em reais. Enfatiza que, com a aprovação da nova lei, a previsão é que não ocorra mais essa defasagem, a não ser que aconteça uma grande mudança, já que a UPF é atualizada anualmente. Registra que a diferença está em torno de 236 reais para todo o procedimento, iniciando com a LP até à emissão de uma LO. Diz ainda que algumas taxas de LP até caíram de valor. / **Delandi Pereira Macedo:** — Parabeniza o Secretário Paulo e toda a equipe da secretaria pelo trabalho realizado, destacando que essa legislação de fato precisava ser modernizada. Acrescenta que, quando esteve naquela pasta, fez essa proposta e, apesar de ter avançado nela e a concluído, não sabe por que o projeto de lei não veio para a Câmara Municipal. Diz que analisará o projeto, pois não sabe se é o mesmo que aprovou naquela época, passando pelo conselho e seguindo todos os trâmites. Pontua que a Comissão de Saúde e Meio Ambiente, da qual faz parte, deverá emitir seu parecer, mas que não tem dúvida da competência do pessoal da secretaria quanto a fazer um trabalho que leve o Município a ser beneficiado. Alerta que é preciso acabar com a burocracia para concessão dos licenciamentos, inclusive afirma que os empresários não estão preocupados com esse aumento em torno de 236 reais nas taxas, já que o que eles desejam da Secretaria Municipal de Meio Ambiente é agilidade. Finaliza dizendo esperar que Deus tenha iluminado a mente sábia do Dayvson para que esse resultado tenha sido alcançado. Ressalta que isso não é algo que depende só da pasta de Meio Ambiente, e sim da de Fazenda, do IEMA e de outras. Sugere que também seja feita uma regulação referente aos consultores que ficam utilizando o Ctrl C e Ctrl V, prejudicando a secretaria, já que repetem para uma empresa um projeto utilizado em outra completamente diferente. Saliencia que, ao final, acaba sendo a secretaria quem orienta o que precisa ser feito, e isso contribui para a falta de agilidade. Explica que não está generalizando, visto que conhece consultores altamente competentes. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Confirma que, junto ao Vereador Delandi, estudará o projeto para emitir o parecer e faz coro quanto à reclamação referente à burocracia, destacando que recebe muitas demandas dos empresários

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

8

nesse aspecto. Finaliza parabenizando Secretaria de Meio Ambiente pelo trabalho técnico e responsável. / **Wilson Dillem dos Santos:** — Inicia registrando que ainda lhe pairam dúvidas quanto às dependências das leis federal e estadual até chegar à municipal, no que se refere especialmente ao Rio Itapemirim, quanto a essa questão do afastamento das construções. Diz acreditar que quase 100% das margens do rio já estão com construções e que há casos onde se faz necessária a APP. Indaga qual é ao certo a metragem do afastamento. / **Dayvson Dansi Rodrigues:** — Informa que depende da largura do curso da água e aponta que há lugares no Rio Itapemirim que vai de 70 a 300 metros. / **Wilson Dillem dos Santos:** — Registra que há casos em que a topografia do terreno em relação ao Rio Itapemirim é muito mais alta e nunca houve nem haverá alagamento, a exemplo do Aquidaban. Segue questionando se nesses casos o Município tem autonomia para decidir. / **Paulo Cesar Stelzer Bindaco:** — Diz que não há como responder isso, porque, no caso dessa lei, são as atividades licenciáveis, sendo seguido o Código Florestal, que é uma legislação federal. Assim, esclarece que, dependendo da construção, é seguido o PDM, mas, se não for licenciável, nem pela Secretaria de Meio Ambiente passará. / **Wilson Dillem dos Santos:** — Conclui que realmente o Município não tem autonomia para essa decisão e precisa respeitar, de forma generalizada, essa norma. Lembra que há a expectativa de pessoas que têm terrenos à margem do Rio Itapemirim de um dia poderem construir, visto que não há o risco de enchentes. / **Dayvson Dansi Rodrigues:** — Esclarece que para essas áreas chamadas de consolidadas já está sendo preparada, nacionalmente e depois ocorrerá nos Estados, uma regulamentação objetivando incluir esses pontos colocados pelo Vereador Wilson. Diz que hoje há um perigo de ficar na dependência do senso do administrador, mas que já houve casos até de pedido referente a posto de combustíveis, que foi indeferido, pois, mesmo que seja uma área onde não alaga, pode ocorrer o risco de derramamento de produtos. Acrescenta que o distanciamento de uma APP serve para evitar que esse derramamento chegue à água. / **Wilson Dillem dos Santos:** — Declara-se satisfeito em saber que está sendo feita essa regulamentação em nível nacional, porque, dessa forma, sabe que isso também chegará ao Município. / **Dayvson Dansi Rodrigues:** — Completa, destacando que há o entendimento de que nessas áreas sobrando em terrenos ocupados, como um lote vago, se não houver risco, provavelmente será autorizada a construção. Segue alertando que não se pode achar que a Secretaria de Meio Ambiente controlará todas as ocupações do Município, vez que esse problema decorre do fato de os loteamentos terem sido feitos sem que fossem reservadas essas áreas protegidas. Diz que quem compra a fatia de área na beira do córrego acha que ali poderá ser feita alguma obra. Considera que o Município necessita cuidar desse zoneamento das áreas rurais, conforme pede o Código Florestal, reservando APP para garantir a sua qualidade de vida. / **José Carlos Amaral:** — Diz que tem uma chácara no Bairro Valão, na beira da linha, e não pode fazer nada lá, sendo que possui uma casa velha no local e precisa sempre reformá-la. Salaria que é preciso haver uma abertura em cima disso, pois se trata de uma propriedade centenária, onde não entra água. / **Dayvson Dansi Rodrigues:** — Responde que nesse caso não pode ser feito um empreendimento, mas que o Código Florestal permite algumas atividades em áreas rurais de interesse social e de utilidade pública, sendo necessário verificar na legislação federal. / **David Alberto Lóss (Presidente em exercício):** —

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

9

Concorda que há muita coisa que precisa ser revista, abrindo-se algumas possibilidades, é claro, sem depredar o meio ambiente, já que a Constituição Federal de 1988 fechou tudo. Indaga sobre que tipo de atividade econômica essas mudanças vão impactar e se está incluída a arborização. / **Paulo Cesar Stelzer Bindaco:** — Responde que a arborização se mantém na Lei 5.913 e que as mudanças são só para fiscalização e licenciamento. Justifica que os impactos serão em cima da qualidade e dos novos projetos de todas as atividades licenciáveis, cuja lista constam cerca de duzentas delas, sendo as mais importantes para eles as do ramo do mármore e do granito. / **David Alberto Lóss (Presidente em exercício):** — Agradece à equipe da Secretaria de Meio Ambiente pelos esclarecimentos e adianta que, havendo mais dúvidas quanto aos projetos, eles serão novamente convidados a vir aqui. / Em seguida, passamos ao **Pequeno Expediente**, quando usaram a tribuna os seguintes Edis: / **Luis Guimarães de Oliveira:** — Inicia chamando a atenção para um documento lido no Expediente da Mesa que foi encaminhado a esta Casa, à Justiça e também ao prefeito, dando conta de que parte dos agentes de saúde estão em greve e mais deles pretendem aderir à paralisação. Diz há algum tempo alertou que o Distrito de Córregos dos Monos estava caminhando para um surto de dengue e, apesar de terem rido dele, agora o secretário esteve lá, e foi confirmado que os casos estão aumentando. Lembra que já é lei e que o prefeito deveria pagar aos agentes esses 1 mil e 14 reais de piso, vez que, conforme disse o secretário nesta tribuna, havia aproximadamente 1 milhão de reais guardados esperando a legislação que fizesse a equiparação dos agentes de endemias aos de saúde. Questiona por que não pagam, já que foi decretado, regulamentado e liberado. Ressalta que querem que a cidade seja a do quanto pior melhor, com a população sofrendo. Dirigindo-se à equipe da Secretaria de Meio Ambiente, diz que confia na competência deles e que não lhes fez perguntas porque deseja ler o projeto para analisar as mudanças nos valores das taxas e falar com base, considerando que a cidade já está sacrificada, sem pagar os agentes, talvez, por falta de dinheiro. Diz que o seu papel é defender o povo, e não a prefeitura, batendo palmas para ela mesmo quando tudo caminha errado. Segue discorrendo sobre seu desejo de que houvesse uma união para que Cachoeiro saísse das dificuldades e adianta que, para isso, alguém precisa ter humildade, buscando, por exemplo, a experiência do Vereador Amaral, com seus trinta anos de Câmara, assim como todos os outros, além de perguntar à população o que ela acha. Prossegue lamentando as brigas políticas, frisando que os projetos direcionados à Câmara são sempre para cobrar mais e apertar os cachoeirenses, e não para favorecê-los. Manifesta preocupação com os agentes de trânsito no que se refere a essa história de multar pela câmara, como está ocorrendo em algumas cidades, já que a lei é clara quanto ao estacionamento proibido ou no parar e estabelece a necessidade de notificar e remover o veículo, se for o caso. Pergunta como remover, se a multa foi dada pela câmara. Afirma que, se a prefeitura ficar sabendo que isso é possível, amanhã mesmo vai querer fazer, já que tudo cobra. Lembra que o resultado disso tudo é a preocupação dos servidores com medo de retirarem seus direitos. Alerta que a transferência do pagamento dos servidores para o quinto dia útil do mês seguinte acarretará prejuízos com os juros das prestações. Questiona se a prefeitura está querendo fazer isso para pagar com a verba federal que vai chegar e por que não administra para fazer o pagamento com os recursos que o próprio Município tem.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

10

Manifesta a sua preocupação quanto a prefeitura ter suspenso do nada a coleta do lixo hospitalar e, depois, assinado um decreto de emergência para, sem licitação, contratar a CTRCI. Lamenta o fato de não ter sido feita uma concorrência, analisando que é por esse motivo que as coisas acabam virando máfia, gastando-se o dinheiro do povo. Diz confiar no pessoal da Secretaria de Meio Ambiente, já que conhece o Paulo desde criança e sabe do caráter dele; porém, fica preocupado com a situação financeira do povo. Finaliza dizendo que o seu Partido, o DEM, está atento a esse e a outros contratos e que ele, Luisinho, também não deixará os agentes sozinhos, pois, ao contrário do prefeito, não se esquece dos votos que recebeu do povo. / **Rodrigo Pereira Costa:** — Inicia parabenizando os advogados da Casa pela passagem do seu dia, destacando a importância das faculdades de advocacia para a sociedade brasileira. Segue registrando a sessão especial que ocorrerá no próximo dia treze, a convite do Deputado Enivaldo dos Anjos, ocasião em que será debatido o momento político e econômico do Espírito Santo. Adianta que participará dessa reunião e que inclusive já se inscreveu para falar, levando à Assembleia Legislativa o que foi debatido nesta Casa quanto à política de saúde mental e o agendamento de consultas. Comenta que dará conhecimento aos deputados das dificuldades enfrentadas pelo Município e pelo Sul do Estado, que precisam de um atendimento de saúde mais digno e humano. Fala de sua expectativa de ver saírem desse encontro propostas a serem encaminhadas à avaliação do Governo Estadual e conclui que ninguém melhor do que o vereador para saber o que o seu Município tem de carência e de dificuldade. / **David Alberto Lóss:** — Informa que o Município de Anchieta, com seus vinte e seis mil habitantes, possui um orçamento anual de 370 milhões de reais, enquanto Cachoeiro de Itapemirim, com duzentos e nove mil habitantes, arrecada 380 milhões de reais. Segue registrando que no dia 04/08 o Secretário Municipal de Saúde, Vereador Fassarella, enviou um ofício circular para os hospitais, clínicas, farmácias, consultórios dentários etc., informando que, a partir de 07/08, a prefeitura não mais recolheria o lixo hospitalar, atendendo à ANVISA, segundo a qual quem produz o lixo é que deve dar conta dele. Ressalta que a reclamação de todos foi quanto ao pouco tempo dado, já que cada um desses estabelecimentos teria que fazer um contrato individual com a empresa responsável pelo recolhimento do lixo. Lembra que foi isso o que também ocorreu com o pessoal da fábrica de calçados que fica no Bairro BNH. Cita que, como o prazo para adequação foi mínimo, essa decisão será objeto de liminar. Finaliza questionando como emitir um ofício no dia 04/08, sabendo que o mesmo só chegará em 06/08, alertando os estabelecimentos de que a coleta de lixo será suspensa em 07/08. / **José Carlos Amaral:** — Inicia destacando que essa história do Bairro BNH é da Carochinha, visto que, quando foi secretário, já era proibido transportar os resíduos das sandálias, inclusive a empresa tem um caminhão para isso. Prossegue classificando isso como mutreta, ladroagem ou má-fé. Pergunta como a prefeitura não sabe que um contrato está vencendo e acusa o Secretário Fassarella de ser incompetente, acrescentando que o mesmo só sabe fazer grupinho e fofoca, sendo um “mero fofoqueiro”. Justifica tal declaração, porque ainda não recebeu resposta ao pedido de informação quanto ao laboratório que presta serviço à prefeitura, lembrando que isso, segundo a lei, é incorrer em crime de responsabilidade. Enumera como características do autor da circular enviada aos hospitais a incompetência, a irresponsabilidade e a leviandade. Diz que, se alguém lhe provar

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

que o prazo dado aos hospitais é legal, voltará à tribuna para admitir que está errado. Cita que a Empresa CTRVV, que agora mudou para CTRCI, é suspeita desde que veio para Cachoeiro, basta ver que ele, Amaral, ainda no tempo do então prefeito Roberto Valadão, denunciou muitas coisas a respeito dela ao Ministério Público, investigações essas que correm nesse órgão e também no Tribunal de Contas. Declara que, inicialmente, o Município firmou com essa empresa um contrato de emergência e só depois é que veio a licitação. Recorda que por trás disso estava a Denadai, ligada àquele pessoal de Vila Velha, sendo que ela, na época, até o processou. Adianta que amanhã estará no Ministério Público para denunciar essa história estranha de pararem de coletar o lixo hospitalar em um dia e no outro assinarem um contrato emergencial. Segue discorrendo sobre a situação do estacionamento rotativo, visto que várias pessoas reclamaram que estão cobrando quando daquela parada de dez minutos, com o alerta ligado, para ir à farmácia. Pede que a prefeitura veja essa situação e informa que já está estudando meios legais para retirar o Hospital Infantil da administração do estacionamento rotativo, por conta da falta de respeito para com os vereadores, o povo e os idosos. Analisa que há pessoas incapazes comandando outras também incapazes que atuam nas ruas e afirma que, como São Tomé, pediu que a sua esposa parasse na farmácia, tendo confirmado que está sim havendo tal cobrança. Fala sobre a situação do Conselho Municipal de Segurança, mostrando o Decreto 25.328, de 05/11/2013, com sua respectiva composição, e afirma que as reuniões não estão acontecendo. Cita que um dos membros indicados já disse que não é convidado para reunião do citado conselho. Registra que denunciará essa situação ao Ministério Público para que rapidamente essas reuniões passem a ocorrer, já que, como é cobrado, entende ter também o direito de cobrar. Frisa que a última vez que mexeram no conselho foi em 08/05/2005, substituindo os representantes do Poder Executivo, da área de educação, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar e da Guarda Municipal. Repete que vários membros não estão sendo convidados para participarem da reunião do conselho, onde zelariam pela segurança pública, o que o leva a acreditar que esteja havendo panelinha. Prossegue avisando que questionará sobre as obras paralisadas, inclusive a da Praça do Conjunto Rui Pinto Bandeira, cujo empreiteiro não teria recebido o pagamento. Diz que, com essa paralisação, a obra da citada praça virou ponto de uso de drogas, fato que também ocorre com a quadra do Morro Santo Antônio, a qual virou casa de prostituição e de consumo de crack, sem que ninguém tomasse providências. Denuncia que, como no passado havia as antigas casas de prostituição da linha do rio, a exemplo do 84, há uma funcionando na obra do restaurante popular, inclusive diz possuir fotos tão feias do que acontece lá que não podem nem ser mostradas através de slide. Passa a indagar o motivo pelo qual os funcionários da prefeitura recebem salários no banco sem contracheque. Pergunta se isso é para economizar papel e alerta que está cheirando a coisa errada, já que todos têm o direito de verificar as informações referentes ao salário. / **Aparteando Elias de Souza:** — Indaga ao Vereador Amaral se ele recebe o contracheque da Câmara. / **José Carlos Amaral:** — Responde que recebe todo o mês. / **Aparteando Elias de Souza:** — Questiona se é o vereador quem vai buscar o contracheque. / **José Carlos Amaral:** — Registra que está em seu local de trabalho, que é a Câmara, e que no caso da prefeitura eles deveriam enviar os contracheques para as secretarias onde os funcionários atuam, conforme determina a norma.

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Prevê que voltará à frente da limpeza pública e, quando isso ocorrer, distribuirá o contracheque aos servidores da secretaria, além de se comprometer a limpar Cachoeiro com soda cáustica para retirar a maldição do Rio Grande do Sul que também está impregnada aqui. Salienta que aquele Estado, governado pelo PT, está decretando falência e que esse é também um risco para Cachoeiro. Diz que será preciso promover uma lavagem das escadarias da prefeitura com água de cheiro, como fazem as baianas. Segue registrando que estão ludibriando a boa-fé dos deficientes físicos, os quais passaram a receber apenas o direito a quatro passagens nos coletivos urbanos. Frisa ser necessário trazer a esta Casa um diretor da Viação Flecha Branca e alguém responsável por isso na prefeitura para explicar tal situação aos vereadores e à associação. Destaca que limitam as passagens para os deficientes, enquanto apadrinhados políticos do prefeito, de vereador ou de quem quer que seja ficam desfrutando de vantagens. Encerra perguntando que social é esse e acrescenta que, se resolveu retirar ônibus de várias linhas nos finais de semana, a empresa pode muito bem manter a gratuidade para os deficientes. / **Delandi Pereira Macedo:** — Informa que foi protocolado na semana passada e lido hoje o projeto de lei de sua autoria, concedendo gratuidade aos idosos e aos deficientes físicos no estacionamento rotativo da cidade, já que ultimamente estava recebendo reclamações quanto a essas cobranças, antes nunca praticadas. Frisa que em nada isso atrapalhará a arrecadação do rotativo e deixa claro que o projeto se restringe ao estacionamento público, com o interesse de favorecer essa parcela da população cachoeirense. Lembra que os idosos já possuem e merecem o direito de andar de ônibus pelo país de forma gratuita e que não poderia ser diferente em relação à cobrança da taxa de estacionamento. / **Aparteando David Alberto Lóss (Presidente em exercício):** — Comunica que o projeto citado pelo vereador se encontra na procuradoria da Casa e será encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Redação. / **Delandi Pereira Macedo:** — Frisa que sabe que o projeto percorrerá o trâmite necessário, mas que não gostaria de ver a matéria travada, e sim aprovada o mais rápido possível por ser importante. Referindo-se aos projetos apresentados aqui pelos técnicos da Secretaria de Meio Ambiente, ressalta que os mesmos precisam ser avaliados, porque não estão somente mexendo nas taxas, e sim em vários procedimentos. Cita que o Vereador David está muito bem assessorado pela Dra. Valquíria, visto que ela também entende da questão ambiental, e conclui que, com o esforço da Câmara, os projetos serão aprovados, mesmo que haja a apresentação de emendas, de forma a garantir a melhoria do atendimento na área ambiental no que tange à preservação e à diminuição da burocracia do sistema de licenciamento no Município. Recorda que já fez um pedido de informação à Agersa, que é responsável por coordenar o transporte coletivo, e que gostaria de obter uma resposta, em virtude das várias mudanças que estão acontecendo nas linhas de ônibus, por influência da questão econômica, a qual levou à diminuição do número de usuários. Reclama que essas alterações são feitas sem dar conhecimento à Câmara, apenas combinando com os presidentes de associação, notificando-os, como se eles tivessem o aval da comunidade, acabando por mexerem nas linhas da forma que querem. Enfatiza que em alguns casos essas alterações nos horários dos coletivos são feitas em nome do presidente da associação, que não representa a comunidade. Lamenta que o vereador, representante legítimo da população, ainda tem que ouvir que a empresa só atende mediante solicitação do

12

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

presidente da associação de moradores. Indaga quem tem mais poder: se o vereador ou o presidente de associação. Considera que essas são questões que precisam ser ajustadas, citando o exemplo da solicitação que fez à Agersa quanto ao ônibus de Gironda, cuja resposta foi que não dava para fazer o ponto final no local citado por não ser possível manobrar por conta de uma bacia. Recorda que esteve na comunidade com o representante da Agersa, manteve contato com o secretário de Interior que esteve lá e procedeu a intervenção necessária, mas, mesmo assim, até hoje o ônibus não voltou a rodar. Destaca que agora o problema é um cano e pergunta se enquanto vereador cabe-lhe tomar providência para que o ônibus tenha acesso e volte a circular lá. Conclui que o vereador precisa ter uma resposta mais ligeira, lembrando que há uma enorme gama de colaboradores na prefeitura e também na Agersa que poderiam fazer isso de forma mais agilizada, inclusive salienta que a questão do ônibus de Gironda, passados sessenta dias, ainda não foi resolvida. Analisa que parece até que o vereador tem que agir como um despachante e acompanhar passo a passo, ponto a ponto para que o problema se resolva, e a comunidade seja atendida. Frisa que essa demora faz com que o vereador fique desmoralizado perante a comunidade, já que, mesmo percorridos os trâmites de forma legal e sem interpelação, o atendimento final não chega. Assim, deixa claro que o seu desejo é receber uma ligação da Agersa comunicando que o problema foi resolvido, e não reclamando que há um cano atrapalhando, em vez de ir lá e retirá-lo do lugar, pois vereador é pago para fiscalizar e não para fazer esse tipo de serviço. Comenta que dá pena de ouvir o Vereador Lucas Moulais dizer que deixa de estar em sua comunidade tamanha cobrança que lhe dirigem por conta daqueles quebra-molas, visto que a poeira é intensa, e Gironda e Itaoca sofrem dia e noite com aquele trânsito pesado. Pontua que é apenas um quebra-molas, feito de massa asfáltica, para o controle da velocidade dos veículos, sendo que a resposta dada como desculpa é que falta esse material na prefeitura. Lembra que só do seu pedido já se passaram noventa dias e que, se contar com o do companheiro Lucas, deve dar seis meses, inclusive colocaram a placa do quebra-molas, mas o mesmo não foi feito. Segue dizendo que tudo recai sobre o prefeito, que é xingado de nomes absurdos por conta de um serviço tão básico que já poderia ter sido feito para ajudar à comunidade. Passa a discorrer sobre a preocupação que tem sido manifestada pelos servidores públicos municipais, destacando que há sim um fundo de verdade nessa história em virtude de um estudo que vem sendo realizado na prefeitura quanto a uma readequação. Analisa, portanto, que não foi algo simplesmente lançado por alguém nas redes sociais. Recorda que, quanto aos ajustes financeiros, todas as prefeituras estão precisando fazê-los, basta ver que Paulo Hartung vem trabalhando dessa forma desde que assumiu o Governo do Estado, o que classifica como natural nesse período de crise que o país enfrenta. Frisa que de fato é preciso fazer uma análise, mas que é importante ter um foco bem criterioso quanto aos cargos comissionados constantes do quadro da prefeitura. Comenta que tem informações fidedignas, de dentro da administração, de que está sendo feito esse levantamento referente ao biênio, quinquênio e decênio e os impactos que isso tem na folha, algo em torno de 600 a 800 mil reais, inclusive muitos desses direitos já deveriam ter sido pagos e ainda não foram. Analisa que há servidores da prefeitura com valores adicionais aos salários muito superiores ao que recebem os restantes três mil e poucos efetivos. Sugere que sejam somados os gastos

13

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

com quinquênio, decênio e biênio para constatarem que não superam o que outras classes recebem com gratificação de produtividade e outras coisas mais. Fala também sobre os comissionados, destacando que contratam para esses cargos pessoas que não têm conhecimento da área, e a prefeitura acaba tendo que colocar outro servidor com eles para orientá-los, o que significa pagamento em dobro apenas para cumprir compromissos políticos. Frisa que é natural que a maioria dos cargos comissionados sejam de composição política, mas que, assim, em vez da meritocracia e do conhecimento na área de atuação, ocupa-se a função para cumprir esses acordos. Alerta que o serviço público é uma coisa séria, com a qual não se deve brincar, muito menos sacrificar os servidores efetivos com determinados tipos de corte. Ressalta que isso é prejudicial à memória da administração, porque são os servidores efetivos que trazem consigo uma bagagem de vários outros governos, enquanto os comissionados muitas vezes entram querendo fazer alterações que já foram feitas no passado e até trouxeram prejuízos ao Município. Segue destacando que não se trata de uma sugestão, mas que há prefeituras em que o prefeito está mandando à Câmara Municipal projeto de lei para acabar com alguns benefícios. Cita como exemplo a Prefeitura de Vila Velha, onde o Prefeito Rodney Miranda enviou à Câmara projeto para retirar direitos de servidores, o que teria gerado uma polêmica danada lá. Acrescenta que, se a Prefeitura de Cachoeiro quiser fazer a mesma coisa, será um desastre e um grande prejuízo, o que requer, com vistas a evitar tal processo desgastante, uma análise bem criteriosa da situação do Plano de Cargos da Prefeitura, agindo-se com consenso. Repete que ajustes são de fato necessários e cita que até a Câmara, talvez, precise diminuir o número de vereadores, dependendo do resultado dos estudos que estão sendo promovidos neste Legislativo. Finaliza, falando sobre a grave crise econômica que o Brasil enfrenta e lembra que isso requer até das donas de casa a feitura de ajustes no orçamento; do contrário, o salário não dá, e que assim também é com os governos, onde a questão deve ser tratada com muito critério e análise. / **David Alberto Lóss:** — Inicia registrando que, se fosse vivo, o Poeta Newton Braga estaria completando cento e quatro anos, pois nasceu em 11/08/1911. Lembra que foi Newton quem criou a Festa de Cachoeiro, em 1939, instituindo o dia do Cachoeirense Ausente. Registra que Newton tinha luz própria e que seu destaque não foi por ser irmão de Rubem Braga, o maior cronista brasileiro, conhecido como o Sabiá da Crônica. Segue registrando que esteve em Bom Jesus de Itabapoana, representando a Câmara, no Circuito Cultural Latino Americano. Diz que esteve no evento também pela Academia Cachoeirense de Letras e levou uma estante com livros de todos os autores cachoeirenses, exposição essa que, depois, irá para Itaperuna, Varre-Sai e Muriaé. Frisa que foi feita uma doação para a biblioteca local e que teve a oportunidade de falar sobre a Câmara de Cachoeiro. Parabeniza a todos os advogados da Comarca de Cachoeiro de Itapemirim e do Espírito Santo, especialmente os que atuam nesta Casa e na prefeitura, pela passagem do Dia do Advogado, destacando a importância desses profissionais. Segue registrando que a Moema Baptista está representando os cachoeirenses em um evento em Brasília que marca essa data, como promoção da OAB. Passa a discorrer sobre a Feira de Holambra, destacando que os membros do Lions trabalham nela e, com a comissão que recebem, investem na compra de cadeiras de roda, de banho, camas de hospital, muletas e outras coisas para ajudar os carentes. Louva a importância da realização da I

14

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Semana de História e de Cultura, no Campus da UAB, de 19 a 21/08, a qual contará com a participação do Professor José Eurípedes Franco Leal, responsável pela palestra sobre noção de paleografia. Informa ainda que a Câmara votará a criação do Título Heródoto, que é o pai da história e que, por ocasião da citada semana, o Dr. José Eurípedes será o homenageado. Diz que vem acompanhando essa história da paralisação do recolhimento do lixo hospitalar em Cachoeiro, a qual considera preocupante, pois, apesar de saber que, segundo a Associação Nacional de Vigilância Sanitária, quem cria e produz esse material precisa dar conta dele, entende que a prefeitura deveria ter dado tempo, por exemplo, para que os dentistas formassem uma associação e fimassem um contrato com a CTRCI. Comenta que leu a portaria assinada pelo Secretário Fassarella e que acredita que o bom senso prevalecerá, chegando-se a um acordo, com os consultórios e os hospitais assumindo o compromisso de dar destinação ao lixo que produzem. Finaliza citando que o que é combinado antes não dói e que poderiam ter feito primeiro uma combinação. / **Wilson Dilem dos Santos:** — Cumprimenta a todos os advogados da Casa pela passagem do Dia do Advogado, destacando a importância desses profissionais na sociedade. Segue agradecendo ao Vereador Maitan pelo convite para participar da solenidade ocorrida no Centro Universitário São Camilo, da qual registra ter saído gratificado por tudo o que ouviu dos palestrantes e dos alunos, em especial no que diz respeito às mulheres tão violentamente agredidas em nossa sociedade. Frisa que o tema abordado veio ao encontro de uma preocupação do Poder Legislativo e do Vereador Maitan, autor da iniciativa. Recorda que, desde 2013, começou a dar sua contribuição na Câmara Municipal nesse sentido, quando se ventilou o grande projeto do Tribunal de Justiça do Estado, que foi a implantação do botão do pânico, do qual o Espírito Santo foi pioneiro no Brasil. Acrescenta que os outros Estados da Federação já estão adequando suas legislações para receberem a implantação desse mecanismo. Diz que conversou com a Dra. Francislene, que fez umas abordagens interessantes sobre o tema, a respeito do qual sabia algo através dos contatos, via ofícios, mantidos com a Dra. Ermínia e com a então delegada Ancila. Lembra que enviou também ofício ao Poder Executivo por saber que, para que esse mecanismo seja colocado em prática, o principal parceiro é o próprio Município, o qual precisa disponibilizar as dependências e algumas pessoas capacitadas para trabalharem o projeto em conjunto com o Judiciário. Ressalta que fez um pedido de informação ao Município para saber como estava o andamento da implantação do botão do pânico em Cachoeiro de Itapemirim e, ao contrário dos outros órgãos do Estado, inclusive do INTP – Instituto Nacional de Tecnologia Preventiva, que lhe responderam rapidamente, a resposta da administração municipal ainda não veio, quando esse interesse deveria ter partido dela. Analisa que alguém da prefeitura deveria ter estado também no evento ao qual se referiu para dar sua colaboração. Esclarece que está fazendo esse questionamento e aguardando a manifestação por parte do Poder Executivo dados o interesse da sociedade, inclusive dos estudantes de direito, e a importância dessa proposta do Tribunal de Justiça do Espírito Santo para o Município e para todo o Sul do Estado, vez que Vitória tem cem desses dispositivos em funcionamento para as pessoas que estão em risco de violência familiar. Finaliza mencionando que só falta o Poder Executivo abraçar essa causa nobre, ou determinar que um secretário afim o faça, para termos aqui essa iniciativa do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, que merece ser louvado por ter

15

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

dado o pontapé inicial. / Em seguida, teve início o **Grande Expediente**, ocasião em que ocuparam a tribuna, por ordem de inscrição, os seguintes Edis: **Wilson Dilem dos Santos**: — Faz coro às palavras do Vereador Amaral em sua fala sobre o direito dos deficientes à gratuidade no transporte coletivo urbano, destacando que está muito preocupado com a falta de atenção do poder público para com esses cidadãos. Enfatiza que muitas vezes o prefeito recebe críticas desnecessárias, lembrando que ele dá aos seus secretários autonomia para administrar suas pastas e ainda recomenda que o façam bem. Frisa que, enquanto secretário, essa foi a orientação que ouviu do prefeito, ou seja, que cuidasse bem dos contribuintes, dos munícipes, dando-lhes prioridade total. Lamenta que tal orientação seja esquecida pelos secretários que não valorizam as atribuições de suas pastas. Segue citando como exemplo o que vem ocorrendo com os deficientes físicos e os visuais, indagando se a Secretaria de Ação Social e a Agersa não têm autonomia para, mesmo de forma provisória, emitirem um cartão ou uma autorização para que essas pessoas utilizem com dignidade o transporte público. Pergunta ainda se é preciso que o resultado dessa falta de atitude recaia sobre o prefeito e acrescenta ter dificuldade de entender essa falta de visão administrativa e política de alguns secretários, que não cuidam nem atendem bem os contribuintes. Indaga ainda por qual motivo a Agersa não se senta com os representantes da associação dos deficientes e dos da Ação Social, emitindo algo provisório que possa ajudá-los até que se ache a solução legal para o problema, em vez de ficar empurrando essa situação há mais de um ano e meio, sem resolver nada. Frisa que essa é uma forma covarde de tratar o ser humano. / **Aparteando David Alberto Lóss**: — Esclarece que a carteirinha da ação social permite que esses deficientes tenham direito a quatro passagens por semana e questiona por que esse número de quatro. / **Wilson Dilem dos Santos**: — Diz que eles deveriam ter gratuidade em todas as passagens, pois precisam disso para o lazer, para ir à igreja, ao banco etc.. Pergunta onde está a inclusão social e exige novamente que se encontre uma solução para esse problema. Segue destacando que aquela cratera em frente ao Clube Caçadores está só abrindo, sem que a Secretaria de Obras, que passa todos os dias por lá, tome a iniciativa de levar uma caminhonete de asfalto frio, quente, terra ou seja o que for para tapar o buraco. Finaliza repetindo que a culpa disso recai sobre o chefe do Poder Executivo, tudo por conta dessas pessoas que podem até ser técnicas, mas não têm visão administrativa nem política, ou, então, não ouvem as recomendações que, olho no olho, o prefeito sempre dá para que cada secretário administre bem sua pasta. / **David Alberto Lóss**: — Inicia elogiando o bom destaque que a imprensa da capital deu ao fato de duas escolas de Cachoeiro terem obtido os melhores resultados do Enem de 2015, sendo uma o Guimarães Rosa, a qual ele teve a honra de fundar e que ficou em primeiro lugar do Espírito Santo em redação, já a outra foi o IFES, que é federal. Ressalta que esse resultado envolve a escola, os pais e os alunos e acrescenta que, enquanto não se remunerar adequadamente o professor, não será possível haver educação nem futuro. Comenta que, enquanto o acordo entre o sindicato patronal e o dos professores estabelece que a hora/aula é 15 reais e 70 centavos, o Guimarães Rosa paga 39 reais, e é por isso que lá há professores bons. Diz que o mesmo vale para o poder público, que, se quer educação de qualidade, deve pagar bem ao professor, sendo isso mais fundamental do que construir belos prédios. Segue, enaltecendo o trabalho dos professores de

16

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

17

ambas as escolas, ao mesmo tempo em que lamenta que a imprensa cachoeirense não tenha dado tanto destaque a essa conquista. / **Aparteando Alexandre Valdo Maitan:** — Cita que teve a oportunidade de frequentar os bancos da Escola Guimarães Rosa e que, diante das pessoas que conduzem aquele educandário, não se poderia esperar resultados diferentes. Pontua que o Guimarães sempre teve uma preocupação muito grande de, além de ensinar, formar bons cidadãos, sendo o símbolo dessa integridade representado pelo Vereador David, que, como gestor daquela instituição escolar, trouxe para o Cachoeiro e o Espírito Santo esse resultado magnífico. / **David Alberto Lóss:** — Encerra, agradecendo as considerações feitas pelo Vereador Maitan. / **Elias de Souza:** — Ratifica a fala do Presidente Júlio proferida no início da sessão quanto aos servidores públicos, salientando que de fato havia sido ventilada uma notícia maldosa, não se sabe vinda de qual parte, dando conta de que a prefeitura retiraria direitos da categoria. Segue garantindo, com 100% de certeza, que, se esse projeto chegasse à Câmara, ele, como vereador do PT e ocupante da liderança do governo, votaria contra. Esclarece que, muito ao contrário do que se diz, o prefeito vem pagando os quinquênios e decênios atrasados que outros governos não pagaram, inclusive os retroativos. Pontua que, quando há algum servidor que não recebe o direito, é porque faltou sem justificar, feriu alguma norma do Estatuto dos Servidores ou está respondendo processo administrativo. Recorda que, quando esteve trabalhando no gabinete do prefeito, foi procurado por vários servidores nessa situação, achando que era possível dar um jeitinho e justificando que haviam sido penalizados, porque o secretário da época não gostava deles. Destaca que o maior problema nesse aspecto vem ocorrendo na Guarda Municipal, vez que alguns servidores dela não fizeram jus ao direito por conta de questões causadas por eles mesmos. Repete que o prefeito vem pagando rigorosamente os direitos àqueles servidores que conseguiram comprovar que de fato foram prejudicados por secretários ou outros superiores em determinado período. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Frisa que quinquênio, decênio e biênio são concedidos evidentemente a partir de regras e que, quando um servidor chega a não receber isso, é porque a ficha funcional do mesmo apresenta problemas. Diz ainda que, em caso de pagamento irregular, o responsabilizado será quem pagou indevidamente, e quem se sentir lesado poderá sim buscar o caminho da justiça, como ele mesmo, David, fez enquanto servidor do Estado. / **Elias de Souza:** — Adianta, na contramão do que fora ventilado quanto aos direitos dos servidores, que há sim na prefeitura um estudo, oriundo de uma proposta de sua iniciativa, desde o primeiro mandato de Carlos Casteglione, quando recebeu várias reclamações de servidores que não queriam se aposentar para não perderem o direito ao tíquete alimentação. Esclarece que trabalhou essa proposta durante quase quatro anos e que conseguiu avançar em alguns pontos quanto a servidores públicos, e o prefeito vem estudando a incorporação do tíquete alimentação no momento da aposentaria dos estatutários. Acredita que essa tenha sido uma proposta de campanha da reeleição do prefeito, já que ele, Elias, incentivou na preparação do programa de governo para este segundo mandato. Diz que já está com a proposta a qual representará um grande benefício para os servidores, inclusive ressalta que o prefeito já acenou com essa possibilidade até o final do seu mandato. Segue fazendo referência ao discurso proferido pelo Vereador Delandi a respeito de cargos de confiança, acusando de, no passado, terem feito

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

farra com o dinheiro público. Justifica essa colocação, registrando que quando o governo do PT assumiu, em 2009, havia 1.100 cargos, enquanto hoje são 596; portanto, houve uma redução, um enxugamento. Lembra que desses 596 cargos, no universo de 7.200 servidores, apenas 283 são comissionados, o que em todo o parlamento, segundo ele, ocorre para manter a governabilidade, visto que ninguém se elege para o Poder Executivo com maioria absoluta. Ressalta que é preciso compor com as outras forças, e o prefeito nomeou 283 pessoas, dentro dos 7.200 servidores, divididos entre os demais partidos políticos, o que não considera muito, já que são apenas 4%. Analisa, então, que o prefeito, nesse quesito, está dentro da moralidade pública, até porque, segundo ele, um administrador do passado teve 56 secretarias em Cachoeiro, com mais de 2.000 cargos comissionados. Prossegue declarando respeitar a linha de raciocínio do Vereador Delandi e até concordar que haja pessoas incompetentes em cargos comissionados, mas que ele, Elias, não gostaria de estar na pele do prefeito, a quem essa culpa não pode ser atribuída, já que, na composição do governo, tais indicações vêm dos partidos. Lembra que isso também ocorre nas esferas estadual e federal, onde os Executivos acabam aceitando imposições dos partidos políticos, havendo dedo até de empresários. Frisa que o próprio Presidente Júlio pode atestar que administrar não é fácil, a não ser que se vire um ditador e não ouça ninguém, enquanto no processo democrático há que se governar ouvindo sim as forças políticas. Cita como exemplo as dificuldades que vêm sendo enfrentadas pela Presidente Dilma por conta de forças políticas opostas. Segue relatando que, quando o PT ganhou a eleição em Cachoeiro, ele, Elias, repreendeu um novo secretário quando esse disse que não seria preciso ouvir a Câmara. Comenta que muitos secretários, quando entram, não conhecem a dinâmica deste Poder que, em sua visão, é o mais importante que existe. Lembra que foi muito bem colocado pelo professor David quanto ao pequeno orçamento que é o de Cachoeiro para uma cidade de 209 mil habitantes, sendo isso o que leva o prefeito a não ter condições de cumprir tudo o que prometeu e se prontificou a fazer. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Afirma que não é sua vontade ser prefeito de Cachoeiro de Itapemirim, muito menos a de sua mulher, que manda mais do que ele; contudo, registra que, se fosse o prefeito, daria prioridade absoluta a colocar servidores efetivos em cargos comissionados, já que eles é que têm esse pertencimento à administração pública, enquanto que os outros funcionários são de livre nomeação e exoneração. Ressalta que há lei prevendo até um certo percentual de cargos comissionados reservados para os efetivos, e o restante realmente ficaria para a composição partidária. / **Elias de Souza:** — Recorda que, quando veio a reserva percentual dos cargos comissionados para os efetivos, a Magda fez a defesa do projeto, e ele, Elias, propôs uma emenda que pretendia elevar esse número para 60%, quando a Constituição Federal prevê 20%. Frisa que o governo está baixando para 50%, quando os 60% previstos antes era o avanço, tendo em vista o conhecimento maior da parte dos efetivos do que daqueles que entram agora. Lembra que outro projeto será enviado para cá, estabelecendo que, quando um efetivo ficar mais de dez anos em cargo comissionado, passará a incorporar isso depois, o que é meritocracia. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Indaga se será agregação. / **Elias de Souza:** — Responde que sim e informa que a minuta desse projeto já está pronta, o que será um prêmio para aquele servidor que passou por dois, três governos, ocupando cargos de secretário,

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

gerente ou diretor. / **Aparteando David Alberto Lóss:** — Informa que, lamentavelmente, o Tribunal de Justiça do Espírito Santo cortou todas essas agregações e que ele mesmo não sabe como conseguiu ficar com a sua no Governo do Estado. / **Elias de Souza:** — Diz que está sendo feito um levantamento junto ao Instituto Brasileiro de Administração Municipal e parece que o Município de Campos já fez isso, não havendo manifestação contrária do Tribunal de Justiça nem do de Contas. Acrescenta que a procuradoria do Município já deu seu parecer favorável. Cita que espera que nesse um ano e meio que ainda falta do governo de Carlos Casteghione seja possível trazer mais esse benefício para os servidores. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Frisa que hoje mesmo foi questionado por alguns servidores celetistas. / **Elias de Souza:** — Esclarece que se referiu a 286 cargos comissionados e que, no caso de celetistas, não sabe quantos são. / **Aparteando Brás Zagotto:** — Informa que há nessa categoria gente com mais de trinta anos de serviço ganhando 1 mil e 500 reais, enquanto outros, em pouco tempo, passam a receber mais do que eles. Conclui que o Vereador Elias está no caminho certo para tentar ajudar esse povo. / **Elias de Souza:** — Finaliza, agradecendo a todos pela atenção. / Passamos ao **Horário das Lideranças.** / **Jonas Nogueira Dias Júnior (PV):** — Inicia destacando a atuação do Deputado Federal do PV, o Evair de Melo, que trabalha para incluir Cachoeiro de Itapemirim na Sudene. Cita que o primeiro passo dado nessa direção foi a inclusão da Bacia do Rio Doce, contemplando vários Municípios da região de montanha. Segue ressaltando que, em um segundo momento, foi anexado outro projeto para a Bacia do Rio Itapemirim, com a inclusão de alguns Municípios até do Norte do Rio de Janeiro, com vistas a conseguir o apoio de parlamentares de lá. Registra que solicitou à OAB um estudo referente a tudo o que diz respeito ao surgimento da Adene para, de posse desse documento, encaminhá-lo aos demais deputados federais e senadores, concedendo-lhes subsídios para essa colaboração com o desenvolvimento da Região Sul do Espírito Santo, o que pode se dar através da inclusão na Sudene. Informa que o Dr. Robson já respondeu o ofício, nomeando uma comissão e que, em breve, será dado retorno quanto ao pedido. Finaliza, enaltecendo o trabalho do PV, através do Deputado Evair, salientando que ele tem feito vários outros trabalhos para valorizar a nossa região no que tange ao café, proibindo a importação, salvo engano, do Peru, para que o produtor não seja penalizado. / **Lucas Moulais (PTB):** — Diz que usa a tribuna para dar uma satisfação ao povo de Gironda sobre o porquê de aquele ônibus não estar indo até lá. Esclarece que primeiramente é porque não querem e, depois, por se fazer necessário um pequeno acerto na bacia, através do Secretário de Interior, o Neném Cadável. Lembra que antes mesmo do espaço ter sido acrescido, o ônibus manobrava com pouca dificuldade, já que o local de manobra havia sofrido um aumento na época do então secretário Brás, com a ajuda do Costinha. Conclui, portanto, que é falta de boa vontade da Empresa Costa Sul e acrescenta que o povo não pode sofrer por conta disso, já que o ônibus para na Igreja Católica durante quinze minutos, esperando o pessoal vir lá de cima, quando não gastaria nem cinco minutos para voltar. Frisa que é bom contar com a ajuda do Vereador Delandi e que suas palavras são para instruí-lo, de maneira a que diga que o ônibus chegou a ir até lá e que, apesar da tal pedra, o trecho foi alongado. Ressalta que, se preciso for aumentar esse alongamento, espera contar com a colaboração de todos. / **Aparteando Delandi Pereira Macedo:** — Registra ter

19

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

20

conhecimento da luta do Vereador Lucas naquela região e concorda que é inadmissível dizer que no citado local não dá para fazer a manobra do ônibus, já que a bacia foi retirada, assim como uma árvore. Segue acrescentando que o que falta é a Agersa agir com mão firme, já que a Empresa Costa Sul precisa fazer aquilo que a fiscalização determina. / **Lucas Moulais:** — Lembra que citou o nome da Costa Sul, porque a empresa havia pedido que aumentassem a área, na época do então secretário Brás Zagotto, o que foi possível graças à doação de um pedaço de terra feita por um rapaz, sendo que o ônibus chegou a ir até lá várias vezes. Repete que, se for preciso alongar mais o trecho, pedirá o apoio dos colegas. Quanto ao quebra-molas, concorda com o Vereador Delandi, pois o pedido já foi feito há seis meses. Informa que até já havia arrumado um meio de resolver o problema desta semana para a que vem, mas sem tirar dinheiro do seu bolso, pois não tem. Acrescenta que, felizmente, o asfalto já foi liberado e comprado da Minerasul. Comenta que, se estiver errado quanto a ter mandado fazer a placa, que o promotor o autue, inclusive foi o seu assessor quem ajudou a levá-la e instalá-la para alertar que no lugar será feito um quebra-molas. Explica que a falta da massa está sendo um problema não só em Gironda, como também em Soturno e em todo Cachoeiro, mas que o quebra-molas foi eleito como prioridade, até porque já havia um lá que foi retirado, e, em caso de acidente, as acusações cairão em cima do companheiro Delandi e dele, Lucas. Quanto à ambulância de Soturno, avisa que será ele ou, então, o motorista desse veículo, conhecido como Sebastião, do qual já lhe disseram tratar-se de uma pessoa muito violenta. Registra que o motorista já deveria ter saído do distrito ontem e que o Secretário Fassarella precisa parar de ouvir certas coisas e começar a praticar, tomando partido. Reafirma que não quer mais o citado motorista em seu distrito e que, se insistirem, deixará o povo fazer aquilo que está querendo com a ambulância. Esclarece que o motorista alega ter autorização da secretaria para levar os doentes até o hospital e não os buscar, mas que ele, Lucas, em conversa que teve com a secretária de Transporte, foi informado que a coisa não é assim. Comenta que, quando o motorista se negou a buscar um paciente, ele, Lucas, ameaçou pegar a chave da ambulância e fazer o transporte e que só diante dessa ameaça o referido funcionário veio pegar o doente. Segue salientando que, às 20:30 horas de ontem, esse mesmo cidadão, o qual chama de preguiçoso e o acusa de ficar fazendo campanha política pelo PV, foi dormir e deixou a chave na ignição. Acrescenta que, para acordá-lo, foi preciso alguém que necessitava de socorro ligar a sirene da ambulância. Alega ter procurado por cinco vezes o secretário para conversar com ele antes de usar a tribuna da Câmara e que o Fassarella precisa tomar partido nessa situação até amanhã. Frisa que o Abílio, seu assessor, acompanhou todo o episódio e pode testemunhar. Acrescenta que, como vereador, parece um coelho, ou seja, dorme de olho aberto. Finaliza, dizendo que, caso o Secretário Fassarella não tome uma providência quanto a esse motorista, ele, enquanto vereador, tomará. / **Brás Zagotto (SDD):** — Diante das críticas dirigidas à Secretaria de Saúde, registra que, ao contrário do que foi dito, ele está gostando muito do trabalho desenvolvido pelo Fassarella naquela pasta. / **Aparteando Lucas Moulais:** — Diz que o colega Brás de fato tem razão de gostar do trabalho do Fassarella. / **Brás Zagotto:** — Ressalta que está apreciando o trabalho do Fassarella, porque vê que ele está ajudando muito o Município, pois, na época daquele que o antecedeu na pasta, eram constantes as críticas ao Posto Paulo Pereira, e muitos

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

21

reclamavam da falta de médico e de atendimento, enquanto hoje tudo isso acabou. Analisa que, dessa forma, o Secretário Fassarella está ajudando o prefeito e, se a televisão não está criticando, é porque o atendimento está funcionando. Frisa que o Fassarella foi seu parceiro nesta Casa e que sempre o respeitou, razão pela qual continua dando o seu voto de confiança a ele. / **Aparteando Lucas Moulais:** — Salienta que entende as razões do Vereador Brás e, depois, em particular, lhe dirá o motivo pelo qual acha que o colega está se pronunciando dessa forma. / **Aparteando Luis Guimarães de Oliveira:** — Afirma que entende o posicionamento do Vereador Brás Zagotto, mas também não pode discordar da fala do companheiro Lucas. / **Brás Zagotto:** — Registra que o ocorrido no distrito do Vereador Lucas é algo com o qual também não pode concordar, ainda mais se o rapaz for filiado ao partido do secretário. / **Aparteando Luis Guimarães de Oliveira:** — Enfatiza que os vereadores do interior têm essa dificuldade por conta da distância e, quando se deparam com um funcionário que não quer dar um bom atendimento, são os representantes do povo que acabam sofrendo diante das cobranças da população. Diz ainda que, apesar de não estar recebendo críticas na televisão, a saúde em Cachoeiro não está essa maravilha toda, não. / **Brás Zagotto:** — Dirigindo-se ao companheiro Lucas, oferece-se para ir junto com ele conversar com o Secretário Fassarella, entendendo que o servidor precisa respeitar o vereador da localidade, ainda mais se tratando de alguém que é contratado, e não efetivo. / **Aparteando Lucas Moulais:** — Diz que procurou o Secretário Fassarella antes de ocupar a tribuna o número de vezes da sigla do PT, que é treze. / **Brás Zagotto:** — Concorda que, se foi dessa forma, o Vereador Lucas tinha que usar a tribuna mesmo. Passa a discorrer sobre a reforma política e os novos prazos para filiação de candidatos, destacando que o seu partido está preocupado por não saber como se darão as coligações ou se as siglas terão que caminhar sozinhas. Alerta que, se for para seguir sozinho, vários partidos pequenos morrerão pelo meio do caminho. Lembra que há também a proposta de redução do número de vereadores, que força a ter mais votos para eleger um pela legenda, visto que nenhum partido faz seis, sete mil votos. Conclui que, se for assim, vereador que alcançar três mil votos poderá ficar de fora da Câmara. Informa que o Solidariedade tem dezoito deputados federais e que a janela de transferência de partido, segundo informou o Paulinho, que é o presidente da sigla, será aberta a partir do dia 05/09, havendo a possibilidade de mais seis deputados virem para o SDD. Cita que no Estado o Solidariedade já tem a Deputada Raquel e mais treze parlamentares estão pretendendo se filiar nessa sigla. Ressalta que, como indicado da cúpula do SDD em Cachoeiro, está tentando fazer um bom trabalho para corresponder às expectativas, buscando a filiação de homens e mulheres. Enfatiza que muitas pessoas não acreditam mais nos políticos diante dos fatos que vêm ocorrendo no Brasil, o que levou essa classe a perder a credibilidade. Mesmo assim, conclui que já conseguiu seis ou sete candidaturas. Finaliza, convidando a todos para prestigiarem o encontro em Jerônimo Monteiro, com as presenças dos Deputados Manato e Raquel Lessa, destacando que a candidata a prefeita daquele Município é da sua sigla. / **Alexandre Valdo Maitan (PDT):** — Inicia cumprimentando os vereadores e servidores da Casa que são advogados pela passagem do seu dia. Prossegue, em nome da presidente do seu partido, reportando-se ao Vereador Brás Zagotto, por conta da reclamação feita na sessão anterior quanto ao movimento dos

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

motociclistas que foram até a sua residência, arregimentados pelo colega Robson Pereira. Comunica que, desde a semana passada, o Robson Pereira não faz mais parte dos quadros do PDT e que, mesmo estando filiado à sigla, em momento nenhum a direção do partido comungou com qualquer movimento que não fosse construído pelo diálogo. Afirma que mesmo ainda estando filiado ao partido no momento em que se deu aquele episódio, o Robson já não devia comungar com os pensamentos da sigla e não tinha qualquer respaldo da direção para agir daquela maneira ofensiva para com os familiares do Vereador Brás Zagotto. Finaliza, agradecendo e elogiando a competência de sua assessoria quanto à organização do evento realizado no auditório da São Camilo em comemoração aos nove anos da Lei Maria da Penha. / Passamos à **Ordem do Dia**, dando-se início à **1ª Discussão** dos seguintes Projetos de Lei: 141, 143 e 144/2015 – David Alberto Lóss (Denominam vias públicas no Município de Cachoeiro de Itapemirim) e 142/2015 – David Alberto Lóss (Altera redação do artigo 1º da Lei Municipal 7.224, de 01/07/2015). / **Jonas Nogueira Dias Júnior, levantando questão de ordem:** — Solicita ao presidente que as matérias sejam apreciadas em bloco. / **Júlio César Ferrare Cecotti (Presidente):** — Acata o pedido. / Finalizando, **foram aprovadas**, em bloco, por unanimidade dos presentes, **as seguintes matérias: Requerimentos: Enviando Votos de Congratulação:** 1226, 1263, 1264, 1266, 1267, 1268, 1269, 1270, 1271, 1272, 1273, 1321, 1322, 1323, 1324, 1325, 1326, 1327 e 1328/2015 – José Carlos Amaral; 1228, 1229, 1230, 1231, 1232, 1233, 1234, 1235, 1236, 1237, 1238, 1239, 1240, 1241, 1242, 1243, 1244, 1245, 1246, 1247, 1248, 1249, 1250, 1251, 1252, 1253, 1254, 1255, 1256, 1257, 1258, 1259, 1260, 1261 e 1262/2015 – Delandi Pereira Macedo; 1274, 1315, 1316, 1317, 1318, 1319 e 1320/2015 – Rodrigo Pereira Costa; 1275, 1276, 1277, 1278, 1279, 1280, 1281, 1282, 1283, 1284, 1285, 1286, 1287, 1288, 1289, 1290, 1291, 1292, 1293, 1294, 1295, 1296, 1297, 1298, 1299, 1300, 1301 e 1302/2015 – Alexandre Valdo Maitan; 1303, 1304, 1305, 1306, 1307, 1308, 1309, 1310 e 1311/2015 – Júlio César Ferrare Cecotti; **163/2015 – Luis Guimarães de Oliveira** (Requer que o Prefeito Carlos Roberto Casteglione Dias lhe informe as medidas da extensão da Ponte dos Arcos Francisco Alves de Athayde, assim como as medidas dos arcos, a altura e o comprimento da mesma); **1227/2015 – Delandi Pereira Macedo** (Requer que o Prefeito Carlos Roberto Casteglione Dias lhe responda o seguinte a respeito da construção do centro comunitário do Bairro Alto Independência: por que a obra não foi concluída? Quais os trâmites serão necessários para a conclusão? Qual a previsão de término da referida obra?); **1265/2015 – José Carlos Amaral** (Requer que o Prefeito Carlos Roberto Casteglione Dias lhe responda o seguinte: há quanto tempo o Conselho Municipal de Segurança de Cachoeiro não se reúne? Quais são os componentes e quem preside o referido conselho? Favor enviar cópia das atas das duas últimas reuniões); **2315/2015 – Maury Bayerl – Presidente Municipal do PPL – Partido Pátria Livre** (Requer cessão das dependências legislativas para o dia 15/08/2015, das 9:00 às 11:30 horas); **2317/2015 – Alexandre Leal Rodrigues – Presidente do CMTRAN – Conselho Municipal de Trânsito** (Requer cessão das dependências legislativas para o dia 26/08/2015, a partir das 9:00 horas); **2349/2015 – Alexandre Leal Rodrigues – Secretário Municipal de Defesa Social** (Requer cessão das dependências legislativas para o dia 19/08/2015, das 9:00 às 11:00 horas); **Regime de Urgência** para apreciação do Projeto de Lei 155/2015 – Poder Executivo; **Projetos: de**

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”



CÂMARA MUNICIPAL DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Lei: 109/2015 – Júlio César Ferrare Cecotti (Institui o dia 08/08 como o Dia da Convenção das Igrejas Independentes e Ministros das Assembleias de Deus no Município de Cachoeiro de Itapemirim, e dá outras providências); **130 e 131/2015 – David Alberto Lóss** (Denominam vias públicas no Município de Cachoeiro de Itapemirim); **de Resolução: 14/2015 – José Carlos Amaral e outros vereadores** (Cria Título Honorífico “Heródoto” no Município de Cachoeiro de Itapemirim). / E nada mais a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual nós, Ana Rita Sanches Rodrigues Silva e Rosemere Duarte Biazatti, redatoras de atas, lavramos após redigi-la. _____

“Feliz a nação cujo Deus é o Senhor”